

Mulheres de *Trottoir*: prostituição e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1970)¹

LIMA, Michele Pires²

RESUMO: Este artigo investiga as formas discursivas utilizadas pelos jornais para (des) qualificar as prostitutas em Manaus entre os anos de 1967-1970. Naquele momento a cidade passava por transformações urbanas e industriais significativas, promovendo uma reorganização dos espaços de trabalho e lazer, cujas prostitutas deveriam ser vigiadas, controladas e reprimidas pela ordem policial. Nesta pesquisa, foram necessárias discussões sobre relações de gênero e sexualidade na dimensão dos discursos jornalísticos, instrumento utilizado para visibilizá-las como “perigosas” à moral e bons costumes da época. Para isso, utilizamos a coleção do jornal *A Crítica*, analisando os adjetivos pejorativos que inscreviam e hierarquizavam essas trabalhadoras que faziam, das ruas, dos bares e lupanares, seus espaços de resistência e sociabilidade.

Palavras-chave: Cidade; Jornal; Prostitutas.

Trottoir women: prostitution and quotidian in journals of Manaus (1967-1970)

ABSTRACT: This article investigates the discursive forms used in newspapers to desqualify the prostitute between the years 1967-1970. In that moment the city went through urban and industry transformations to promote a rearrange of the the work space and leisure, in which prostitutes were monitored, controlled and repressed by the police force. In this research were necessary discussions about gender relations and sexuality in dimension of journalistic discourses, instrument used to make visible how dangerous they were to the moral and good customs of the time. For this purpose, we used the *A Crítica* collection newspaper analyzing the pejorative adjectives that inscribed and hierarchized the workers, who made of the streets, pubs and lupanars their spaces of resistance and sociality.

Keywords: City; Newspaper; Prostituts.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do vocabulário utilizado para qualificar, inscrever e hierarquizar prostitutas nos jornais da Manaus dos últimos anos de 1960. Objetivamos, a partir disso, problematizar os termos recorrentes nos discursos

¹ Este artigo nasceu de um projeto de iniciação científica financiado pelo CNPq, intitulado “*Entre mundanas e travestis*”: o mundo do trabalho sexual em Manaus a partir dos jornais (1967-1970), sob a orientação da Prof^a Dr^a Patrícia Melo Sampaio. Ressaltamos que, apesar do uso da expressão “prostituta” para este artigo, entendemos que essas mulheres estavam inseridas numa atividade de singular dinâmica econômica, sobrevivendo de um trabalho expressamente estigmatizado, e que por isso entendê-las como trabalhadoras constitui parte da luta por regulamentação da prostituição como trabalho formal.

² Bolsista de Iniciação Científica/CNPQ/UFAM, graduanda em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e membro da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas – ASSOTRAM. Email: micheleveral@gmail.com

normativos em que as principais figuras - as prostitutas - se tornaram o foco de debate na sociedade. Para isso utilizamos a coleção do Jornal *A Crítica* na captação e análise das palavras.

As mulheres aqui apresentadas são descritas de múltiplas formas, isto é, a partir da perspectiva conservadora fundamentada num jornalismo que visava em seus discursos, uma cidade limpa e organizada em todos os sentidos. Desse modo, o espectro da cidade-flutuante, desmontada em 1967 e o advento da área comercial da Zona Franca de Manaus formam contrapontos dos desejos de progresso para Cidade.

Os ideais desta conjuntura promoveram novo ordenamento dos espaços de trabalho e moradia, nos quais o mundo do trabalho sexual não faria parte, suscitando planejamento de medidas de saneamento moral dos lugares apropriados pelos “indesejados”. Assim, dividimos este artigo em três momentos. Primeiramente contextualizamos historicamente a Manaus visada pelas pessoas “civilizadas”, àquela que retirou as palafitas da beira do rio e igarapés, realizando um reordenamento urbanístico, seguido da ascensão comercial a partir da instalação da Zona Franca Industrial, que se constituiu como novo horizonte de trabalho e esperança para seus habitantes e, igualmente, para os migrantes.

No segundo momento, analisamos os olhares da imprensa sobre os “perigosos sociais”, que seriam um conjunto de pessoas representadas pela imprensa como problema social, devendo ser combatidos pelas forças da ordem para garantir a tranquilidade das famílias de “bem”.

Por fim, no terceiro momento, exploramos os discursos da imprensa que lançaram mão de adjetivos e de termos que desclassificaram e qualificaram as prostitutas pelos seus comportamentos subversivos. Logo, as expressões *Meretriz*, *Mundana* e *Mariposa* foram definidas a partir de certas características fundamentadas em uma perspectiva ultraconservadora do jornal, construindo imagens equivocadas das mulheres que fizeram do *trottoir* em praças, em bares e em ruas, seu modo de sobrevivência, não se limitando aos padrões de gênero em voga.

MANAUS: AS CIDADES POSSÍVEIS E SEUS HABITANTES

Entre os anos de 1967 e 1970, Manaus experimentou mudanças urbanas que modificaram as estruturas de moradia, de trabalho e de lazer. Essas alterações

consistiram no desmantelamento da “cidade-flutuante” e o advento da Zona Franca de Manaus. A primeira encontrava-se às margens do Rio Negro e de Igarapés onde famílias imigrantes construíram suas casas, seus comércios e seus sistemas de relações sociais, ou seja, uma “cidade sobre as águas”, com culturas e costumes diversificados. Leno Barata Souza (2010) concebe a “cidade flutuante” como:

(...) um conjunto de casas de madeira, construídas sobre troncos de árvores capazes de torná-las flutuantes sobre as águas do rio Negro e Igarapés de Manaus entre os anos de 1920, quando o “fausto” da borracha chegou ao fim, e 1967, em meio à política de “integração” nacional dos governos militares, quando se implanta na cidade uma zona de livre comércio (...) (SOUZA, 2010, p.14).

As concepções de tempo e de espaço são fundamentais para entender a dinâmica que Manaus vivenciava nos últimos anos de 1960. As duas “cidades” – em terra e águas – abarcavam formas de sobrevivência parecidas em certa medida, mas os planos políticos de tornar Manaus uma cidade moderna não incluía a “cidade-flutuante”. Pelo contrário, investigaram o “problema” para depois destruí-lo.

Sendo assim, o interesse pelo progresso e embelezando constituiu o problema de habitação destas pessoas retiradas dos seus espaços de moradia e trabalho na “Cidade-Flutuante”. Para isso, o Banco Nacional de Habitação (BNH) criado em 1964, funcionava como mecanismo de construção de espaços habitacionais e infraestrutura urbana. Um dos planos criados por este órgão, a Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB), executava as proposições daquele, como, por exemplo, os conjuntos habitacionais de Flores e Costa e Silva determinados para os moradores da “cidade sobre as águas”.³

Após o desmanche da “cidade flutuante” em 1967, implantou-se a Zona Franca como lugar de comércios, possibilitando novos horizontes tanto para as pessoas do Amazonas, como também para os migrantes de todo Brasil, principalmente nordestinos. Assim, para o governo militar imposto com o golpe de 1964, Manaus deveria ser “integrada” ao país a fim de haver crescimento populacional e econômico, possibilitando a efetivação do idealizado plano de progresso e de modernização das cidades brasileiras. Segundo Patrícia Rodrigues da Silva (2016) “(...) Manaus estava nascendo de novo a partir de 1967. Essa era a

³ A sistemática construção de conjuntos habitacionais proporcionou expansão dos limites espaciais da cidade de Manaus. No final da década de 1960, surgiram concomitantemente os conjuntos Castelo Branco, no Parque 10, o Conjunto 31 de Março (Japiim) e o Ajuricaba (Zona Centro-Oeste), entre estruturas habitacionais populares e ocupação espontânea. Ver José Oliveira (2007).

ideia que os industriais, representados pelo CIEAM, queriam passar não só aos moradores da cidade, mas também aos visitantes” (SILVA, 2016, p. 164).

Entre 1960 e 1970, a população de Manaus cresceu de forma significativa, cujo percentual entre essas décadas é de 79, 71%. Isso consiste que na década de 1960 a cidade englobava cerca de 173 mil habitantes, aumentando consideravelmente em 1970 para 312 mil.⁴

A partir das inúmeras propagandas sobre a Zona Franca, as oportunidades de emprego trouxeram para cidade maior contingente de migrantes. Como argumenta Silva:

(...) Manaus vivenciava, naquelas décadas iniciais dos incentivos fiscais da Zona Franca (1970/1980), um grande dinamismo, atraindo migrantes que depositavam naquela cidade as expectativas de melhores condições de vida e trabalho (...) se tornou um ímã para muitas pessoas que buscavam melhores condições de vida e de trabalho, tanto do interior do estado e outros estados do Norte, como também de outros estados do país (SILVA, 2016, p. 159-160).

Diante desta reorganização urbanística, a cidade expandiu territorial e demograficamente, reordenando as formas de moradia e de trabalho. Nessa perspectiva, dá-se maior atenção aos sujeitos que se apropriavam do espaço urbano para trabalho e divertimento, ressignificando o sentido de tempo e espaço. Em parte, têm-se os trabalhadores diurnos, como comerciários, industriários e trabalhadores braçais. À noite, encontram-se os indesejados, isto é, mulheres e homens que tinham comportamentos indecorosos, de acordo com a “moral” e “bons costumes” manauaras. E os jornais, como agentes de controle social, partiam de dois objetivos para enquadrá-los nas notas: Primeiro aproximavam a sociedade da realidade degradante de certas pessoas e espaços. Segundo, visibilizava os “indesejados” e suas deformidades morais, solicitando às instâncias de poder medidas cabíveis de vigilância, controle e solução para problemática (MAROCCO, 2004, p. 84).

A partir dos jornais percebemos que o centro de Manaus era um lugar de disputas de espaços por conta do dinamismo de atividades que efervesciam esta área da cidade e, desse modo, “O Centro de Manaus era descrito como ‘cidade’ pela imprensa, ou seja, onde a economia e os trabalhos formais permeavam a dinâmica cotidiana desse espaço” (LIMA; SAMPAIO, 2017, p. 38).

⁴ O crescimento demográfico da Cidade se deu, em grande medida, pela migração, não perdendo de vista o aumento populacional a partir da diminuição da taxa de mortalidade e o aumento da natalidade nestas duas décadas (1960/1970). Ver Vânia Fonseca e Cleusa Correa (1972, p. 59-73).

Entre as dinâmicas citadinas, havia o mundo do trabalho sexual, que abarcava (e ainda engloba) não somente prostitutas, como também travestis, maconheiros e vadios, os quais formavam redes de relações sociais que podiam ser verificadas nos discursos jornalísticos.

A datar das gradativas mudanças estruturais (urbana, cultural e social) que Manaus estava vivenciando, o Departamento de Polícia do Estado, com suas respectivas Delegacias localizadas em cada Distrito, promoveu, no bairro de Educandos, o fechamento de prostíbulos incorridos sob a pena de distúrbio e falta de moral pública. Entre esses espaços, a pensão do “conhecido homossexual” Expedito Ozório da Silva sofreu represália por promover distúrbio e falta de moral pública, juntamente com as prostitutas Cleonice de Souza Fonseca e Maria Graciete Cecília Miranda, localizado no Beco da Jaqueira. As batidas policiais sobre os “prostíbulos” do populoso e extensivo bairro estavam sob ordens do Delegado Orlando da Cruz, explicitando em carta entregue ao jornal que a depravação vem de dentro dos Educandos⁵.

Este conflito de ideias entre o Delegado Orlando da Cruz e a população educandense nos permite entender o crescimento da prostituição no bairro, ao mesmo tempo em que tendem encontrar algo ou alguém para culpabilizar pelo “problema” existente há tempos nesse bairro.

Diante da posição de Delegado do Distrito de Educandos, Ten. Cruz tornou-se obstáculo para os que viveram marginalizados, deixando claro, em Carta, que:

Se porventura, continuar por mais tempo à frente desta Delegacia Geral de Polícia e contando sempre com o apoio de todos os funcionários desse conceituado matutino *A Crítica*, prometo melhorar no possível a ordem e a tranquilidade social do Bairro de Educandos.⁶

E as medidas de banimento efetuadas pelo Delegado Orlando da Cruz sobre os “marginais” em Educandos prosseguiu duramente todo o ano de 1968. O empreendimento da Polícia Civil chamava-se “Operação Limpeza” e o jornal muitas vezes enunciava como *Polícia declara guerra*, ou *Polícia em combate à prostituição*. Isso demonstra a determinação do Estado em “limpar” certas áreas da cidade, sobretudo o Centro, idealizado como lugar de trabalho e civilidade pelas pessoas “honestas”.

⁵ “Depravação não vem de fora diz Orlando”, *A Crítica*, nº 5.192, 23/11/1967, p. 8.

⁶ Idem.

IMPRENSA E MORALIDADE: OS JORNAIS E A GRAMÁTICA DA (DES) QUALIFICAÇÃO

Os meios de comunicação de massa possuem papel fundamental na escolha e na transmissão de concepções de grupos político-sociais, em que:

O discurso da imprensa e sua linguagem não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, seriam capazes de desvelar o nível básico das relações sociais. Expressam-se, portanto, por meio dos jornais, as forças políticas dos grupos que compõem a sociedade (...) (CALONGA, 2012, p.4).

A linguagem produzida pelos diversos jornais forma sua “marca”, ao mesmo tempo a sua parcialidade no jogo das relações sociais, visando denunciar a classe popular como subversiva, ao mesmo tempo em que enaltece a estética e as práticas burguesas.

O uso da imprensa como fonte – ou objeto – reside no entendimento das formas de articulação com as diversas esferas públicas para divulgar questões econômicas, políticas, socioculturais e aspectos do cotidiano, local e nacionalmente. Desse modo, ao analisar os jornais devemos observar o contexto histórico de produção e circulação e perceber os objetivos presentes em suas páginas, pois é “(...) fundamentalmente um instrumento de manipulação e intervenção na vida da sociedade” (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 5).

O caráter manipulador do cotidiano está presente nas empresas jornalísticas desde o século XIX, no Brasil. A concepção tida é, portanto, que “durante todo XIX este veículo de comunicação foi o mais utilizado como disseminador dos costumes, atitudes e desejos da sociedade” (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p.3). No entanto, estas características permitiram trazer à luz da história sujeitos que não compactuavam com os ideais normativos, em que:

No final do século XIX, a imprensa brasileira falou como nunca sobre a vida e as relações promíscuas de um conjunto de indivíduos (...). Dos pobres, se dizia que todos eram virtualmente perigosos. Dos mendigos, salvo os “autênticos”, que eram agentes da depravação e profissionais das enfermidades falsas. Das prostitutas, que era um foco de imoralidade e de perigo para as “jovens incautas” (...). Das crianças que perambulavam pelas ruas, que eram os criminosos e as prostitutas de amanhã (MAROCCO, 2004, p. 15).

Apesar de Beatriz Marocco (2004) investigar os “perigosos sociais” do final do XIX, o ideal de “ordem e progresso” permaneceu ao longo do século XX em diversos graus discursivos. O exercício dos jornais na captação e na divulgação dos desordeiros do sistema deu a eles o título de “quarto poder nos Estados”

(KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 4). Este poder de garantir a ordem em conjunto com a polícia e a medicina respalda-se no:

(...) processo de modernização das cidades, pois se acreditava que a prisão dos vagabundos e capoeiras fazia parte desse processo, dando o direito às autoridades, de levar à reclusão, indivíduos que pudessem representar algum tipo de ameaça à ordem pública, mesmo sem terem realizados ou terem sido acusados de qualquer crime. (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 9)

Neste processo de identificar os “vagabundos”, a imprensa usou métodos para desqualificá-los, visando uma pedagogia comportamental que permitisse aos leitores identificar modos específicos que não deveriam ser seguidos, além de apresentar o fim trágico dos transgressores da “normalidade”.⁷ Sendo assim, Marocco afirma que: “A notícia insinua-se (...) como um instrumento de controle social que pode gerar a coesão social em torno da norma (...)” e “(...) dar conta dos procedimentos técnicos de coação dos corpos dos mais perigosos, incluindo-se no discurso para visibilizar a sua exclusão da sociedade” (MAROCCO; BERGER, 2006, p.10). Desse modo, a construção do discurso jornalístico não possui somente o papel informativo, mas também disciplinador e fomentador de “opinião pública” de uma sociedade necessitada de “ordem”.

O jornalismo produzido no século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, por conta da mudança de regime político em conjunto com as práticas jurídicas e higiênicas, revelam a resistência dos sujeitos “sem rosto” tão combatidos pelos de “bem”. Esta resistência consiste na dinâmica utilizada para permanecerem nos seus lugares de trabalho e moradia, inclusive fazendo uso da imprensa na acusação dos abusos policiais contra as prostitutas:

O delegado Leite cantou vitória cedo demais (...). Antes de vangloriar-se dos resultados de sua própria campanha, ele teve de se dirigir ao chefe de polícia para defender-se das acusações de abuso publicadas no Jornal *O Paiz*, que, por aquele momento, havia mudado radicalmente de opinião sobre as ações policiais em relação à prostituição. (SCHETTINI, 2006, p. 64-65)

Diante disso podemos perceber também a heterogeneidade dos jornalistas que compõem o corpo editorial, ao mesmo tempo em que a sensibilidade e a

⁷ A pedagogia jornalística que visava os “indesejados” foi investigada por autores cujos jornais são fontes principais, analisando o comportamento dos jornalistas diante de fatos ou meras reconstruções das cenas cotidianas a partir de terceiros. Sobre isso, ver Beatriz Marocco (2004). Para prostituição de travestis, homossexuais e prostitutas em São Paulo ver Rafael Ocanha (2014). Sobre os estabelecimentos para encontros entre prostitutas e “putanheiros” em Manaus, consultar Raimundo Alves (2014).

parcialidade compõem seus posicionamentos nos discursos acerca de projetos políticos de expulsão e de segregação de “indesejáveis”.

Entretanto, para os jornais amazonenses da segunda metade de 1960, o posicionamento não diferiu substancialmente dos discursos conservadores das primeiras décadas republicanas. Divergia, em parte, pelos modelos de repressão aprimorados pelos militares a partir dos Atos Institucionais, especialmente o número cinco de 1968.⁸ Nesse sentido, o *A Crítica*, um jornal de grande circulação em Manaus, revelou-se defensor do padrão e da modernização almejados pelas políticas conservadoras.

Este periódico surgiu em 1949, quando Manaus era considerada uma cidade pacata após o declínio da extração e comercialização da borracha. Inicialmente, o jornal fora criado a partir de máquinas de impressão alugadas e com pouco recurso econômico, saindo o primeiro editorial com as máquinas modernas de prelo da Arquidiocese de Manaus (TAVEIRA, 2001, p.3).

Além disso, a microempresa era composta por um pequeno grupo de familiares e de amigos, atacando os esquemas políticos, no qual “O jornal registra o final da década de 50 e o início de 60 como a fase mais difícil, pois, de acordo com as edições da época, como *A Crítica* ficava ao lado do povo lutando pela defesa do regime e da liberdade individual, foi atacado pelos políticos do Estado” (TAVEIRA, 2001, p.5). Contudo qual “população” o *A Crítica* apoiava? Possivelmente a defesa de um regime autoritário e a liberdade individual, características típicas do capitalismo que estava em conformidade aos anseios da burguesia empresarial e de outros setores ultraconservadores.

O crescimento do Jornal durante a década de 1960 parte dos acordos com os governos autoritários da época, configurando-se como “porta-voz” das medidas ideológicas/conservadoras. Isto pode ser constatado nos inúmeros discursos que “exaltavam” as incursões policiais contra prostitutas, travestis, maconheiros e outros “vagabundos” que não se enquadravam à moralidade e aos bons costumes da época.

⁸ Com o AI-5 a repressão tornou-se mais intensa e explícita, retirando o direito de *Habeas Corpus* como dispositivo de defesa contra a violência policial. Esse instrumento jurídico fora utilizado pelas Meretrizes do período republicano contra os abusos de despejo perpetrados pelas autoridades policiais, no Rio de Janeiro. Ver Cistrina Schettini (2006).

“PROSTITUTA NA BOCA DO POVO CONHECIDA COMO”: MERETRIZES, MUNDANAS E MARIPOSAS⁹

Como dito, o jornalismo amazonense posicionou-se positivamente às políticas de urbanização e de embelezamento da cidade, participando da caça às mulheres prostitutas e criando mecanismos discursivos que as desclassificassem, inclusive auxiliando no mapeamento das áreas de maior atração das prostitutas. Analisando as notícias cotidianas, percebemos que os jornalistas utilizavam expressões como *Meretriz*, *Mundana*, *Mariposa*, *Mulher de “Vida Fácil”* e tantos outros, como forma de esquadrihar e controlar, conjuntamente à instituição policial, as ações indecorosas perante a sociedade “civilizada”.

A definição para *Prostituta* nos dicionários da época se relaciona à *Meretriz*. Diferentemente, os jornais definiram-nas como “(...) mulheres a quem faltou apoio moral”, por advirem do interior e não encontrarem emprego “decente”, passando a frequentar inferninhos e fazer uso de drogas para poderem trabalhar como domésticas. Além disso, colocava-se como um problema social e não de polícia, resolvendo com reabilitação para “reintegrá-los na sociedade, na própria que os jogou na lama”.¹⁰

Aos jornalistas, portanto, elas são vítimas da sociedade que as “jogou na lama” por não conseguirem emprego “decente”, mas ao mesmo tempo desqualificam-nas como sujeitos sem apoio moral, viciadas e imorais, tentando explicar o modo pelo qual essas mulheres enveredaram para o mundo do trabalho sexual.¹¹

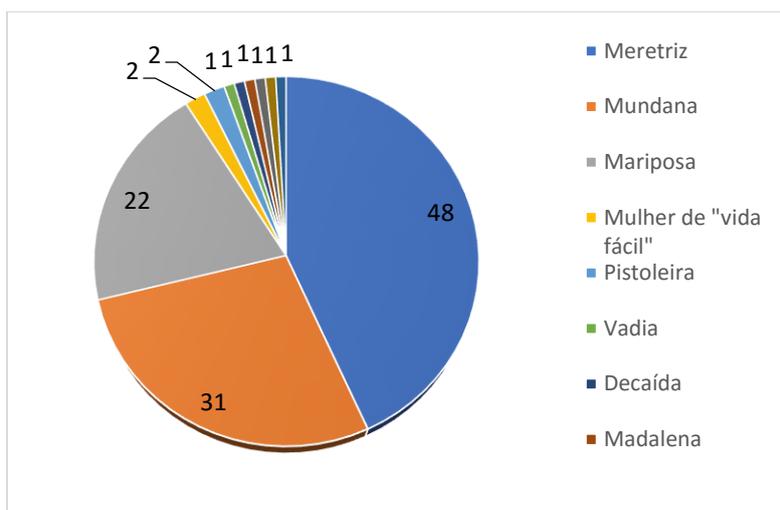
Para melhor explicação, quantificamos o número de vezes que os termos relativos à prostituta surgiram nos noticiários do *A Crítica*, cujo os sinônimos *Meretriz*, *Mundana* e *Mariposa*, sobressaíram nos discursos.

⁹ Subtítulo extraído da música “Prostituta” de Nega Gizza (2002).

¹⁰ “Clamor dos ‘Bicheiros’ que precisa ser ouvido por nossas autoridades”, *A Crítica*, nº 5.308, 6/05/1968, p.5.

¹¹ Diante da definição para *Prostitutas*, o dicionário Aurélio definiu o *Prostituto* como adjetivo aquele: que se prostituiu; desonrado; aviltado (FERREIRA, 1968, p.989).

Figura 1. Expressões utilizadas no jornal para definir Prostitutas (1967-1970)



Fonte: Jornal *A Crítica*

De acordo com o gráfico acima, a palavra *Meretriz* tem maior preponderância entre os anos pesquisados. *Meretriz* é a “Mulher que pratica o ato sexual por dinheiro; mulher pública”¹², compreendendo o vocábulo em sua totalidade, pois concerne também ao lugar de prática prostitucional: o meretrício.

O termo *meretrício*, segundo o dicionário, concerne meretriz, ou seja, “conduta de *meretrícia*”; ou também “profissão de meretriz; prostituição” (FERREIRA, 1968, p.798), dando entender que atribuição do conceito ao campo de trabalho dessas mulheres - seja em ruas, em praças e em bordeis – deu-se por sujeitos alheios à dinâmica desses lugares, como forma de indicar aos sujeitos honestos as “zonas” a serem evitadas. E esses espaços foram alvos das autoridades quando “as Delegacias e subdelegacias dos bairros empreenderam estratégias similares para os redutos identificados como ‘lugar de prostituição’. As *Meretrizes* que ocuparam/ocupam estes espaços foram alvos de intervenção policial (...)” (LIMA; SAMPAIO, 2017, p.25), e as medidas para conter o “exército” de mulheres e de homens das “zonas” foram inúmeras. Especificamente às *Meretrizes*, a imprensa enfatizava a importância de retirá-las do centro de Manaus para lugares mais distantes dos olhares das famílias que faziam seus passeios diários em praças públicas e Avenidas.

¹² Como substantivo feminino, os sinônimos da palavra são predominantemente brasileiros, entre os quais: *andorinha, bagageira, bagaza, barca, biraia, bisca, biscaia, biscate, boi, bruaca, bucho, cação, cadela, china, cocote, fadista, madama, marafona, michela, moça, mulher de ponta de rua, mulher do mundo, mundana, perdida, prostituta, rameira, rapariga, zabaneira, zoina, etc.* (FERREIRA, 1968, p. 798).

Dessa maneira, em 1968, o jornal noticiou a decisão tomada pelo Delegado de Educandos, Ten. Orlando da Cruz, na “limpeza” da imoralidade que imperava naquele distrito. As *Meretrizes*, segundo o jornal, são as:

(...) mulheres que procuram trocar seus favores por uns cruzeiros e que surdas aos gritos da moral (e) da discricção, passeando sua indecência pelas estradas de famílias decentes, constituem panorama pouco elogiável para as muitas esperanças de futuro que a Capital amazonense tem...¹³

As sucessivas campanhas promovidas tanto pela Delegacia de Educandos quanto do Centro surtiram pouco efeito nas tentativas de retirada das *Meretrizes* dos espaços públicos que serviram como mediador das relações de trabalho e social.

As medidas principiadas por Ten. Orlando da Cruz foram utilizadas por outras delegacias em toda cidade, assim como também passaram a exigir exames médicos das *Meretrizes* fichadas na polícia para manter, desse modo, controle sobre seus corpos. No mesmo ano de 1968, noticiou-se *Meretriz vai portar identidade e atestado de saúde*, sendo um “novo” método de controle viabilizado pelas secretárias de segurança e saúde.

“PISTOLEIRA” que andar na Cidade, de bolsa na mão e atitude suspeita, será presa pela Polícia e encaminhada a uma nova divisão da DESP a fim de fazer a sua ficha, com duas fotografias 3x4, de frente e de perfil como fosse uma carteira de identidade, idêntica as que são utilizadas pelas prostitutas de Paris e, recentemente, no Rio e São Paulo.¹⁴

Inicialmente, o trecho atribui o termo “pistoleira” às mulheres apanhadas em via pública com atitude “suspeita”, automaticamente classificadas como *Meretrizes* pelos agentes do Departamento de Segurança Pessoal, vigiando veemente as praças e as ruas do centro. Com isso, podemos problematizar as instruções dadas aos agentes pelas autoridades de segurança pública no trato às pessoas abordadas, porque, ao final da notícia, três *Meretrizes* queixam-se de ter passado fome na detenção.¹⁵

A imagem preconcebida de quem são as “indesejadas” promoveu o que o jornal chamou de batidas policiais “indiscriminadas”. Diante do caráter “exemplar” que respaldava essas arbitrariedades, as delegacias buscaram consolidar o “atestado de saúde”, coletando informações acerca da filiação, de trabalhos antecedentes, de moléstias e de anomalias físicas e/ou psíquicas, sem contar,

¹³ “Operação Limpeza’ Varre Meretriz do Educandos”. *A Crítica*, nº 5.297, 20/04/1968, p.5.

¹⁴ “Meretriz vai portar identidade e atestado de saúde”. *A Crítica*, nº 5.322, 22/05/1968, p.8.

¹⁵ “Meretriz vai portar identidade e atestado de saúde”. *A Crítica*, nº 5.322, 22/05/1968, p.8

sobretudo, o motivo de *meretriciar*.¹⁶ Estas violências eram comuns em outros Estados, inclusive no baixo-meretrício de Florianópolis e São José, na década de 1960, que:

(...) foram perseguidas pelos médicos e pela polícia local, que ambicionavam isolar a prostituição, com mais facilidade poder controlar (...) e (...) livrar a cidade da presença indesejada das mulheres que, prostituindo-se livremente nas ruas e praças da capital, distorciam a imagem de limpeza e de progresso a que se ambicionava. (FÁVERI, SILVA e PEDRO, 2010, p. 197)

Perante estas tentativas de controle das *Meretrizes*, no dia 16 de agosto de 1968, uma sexta-feira, o Chefe de Polícia reuniu-se com mais de cinquenta *Meretrizes* para comunicar a retirada delas das ruas Itamaracá, Frei José dos Inocentes e Henrique Antony, dando-lhes prazo de 30 dias para arrumar outro local, sugerindo que fossem para as “cercanias da cidade, não estou proibindo, o que não pode é ficar no centro”. O protesto das *Meretrizes* descontentes pela arbitrariedade motivou tumultos e reclamações, como o de uma paraense, descrita pelo jornal como “(...) chegada a dois meses, olhos claros, corpo violão, com cara triste: ‘trabalhar assim não dá para viver (...) Essa vida que levamos é a sobrevivência’”. Mesmo havendo tumulto, as *Meretrizes* foram ordenadas a adquirirem a carteira de saúde, composta por uma foto 3x4 e informações que constariam no verso da identidade.¹⁷

As medidas de banimento tomadas como único modo de retirá-las do Centro causou divergências, inclusive entre os parlamentares da Assembleia Legislativa vistas como ato desumano das autoridades policiais. Dois dias após a reunião entre o Chefe de Polícia, João Valente, e as *Meretrizes*, discutiu-se na tarde de segunda-feira, na Assembleia Legislativa, a ordem de retirada das mulheres dos logradouros Itamaracá e adjacências. O deputado João Braga Jr. se opôs às atitudes da polícia, chamando-os de “escória” e “marginais”, em virtude do tratamento dado às *Meretrizes* “considerando-o ultrajante à sociedade amazonense e também a sua falta de humanidade (...)”. Consequentemente, os deputados Sérgio Pessoa Neto, Álvaro Maranhão, José Belo e João Bosco criticaram o deputado opositor, afirmando que a atitude da polícia era válida para manter o respeito do decoro público. Além disso, sugeriram que a “zona” de meretrício fosse transferida para a Vila Municipal onde João Braga residia, como também permitiram voz ao Chefe de

¹⁶ *Meretriciar*: 1. Tornar meretriz; 2. Dar-se ao meretrício; tornar-se meretriz. (FERREIRA, 1968, p. 798).

¹⁷ “‘Vida fácil’ cada vez mais difícil”. *A Crítica*, nº 5.403, 17/08/1968, p.8.

Polícia para se explicar.¹⁸ Vale ressaltar que um grupo de *Meretrizes* e donas de pensões observavam da Galeria toda a discussão preconceituosa dos deputados situacionistas. Assim sendo, o *meretrício* como equivalente ao plural *Meretrizes*, foi visto pelo jornal como sinônimo de briga e desordem entre os deputados do Amazonas.

O progresso e a ordem pela qual as cidades brasileiras almejavam a partir da segunda metade do XX não incorporava o meretrício como “trabalho”, mas como anormalidade e imoralidade. E as *Meretrizes*, que se agrupavam nas “zonas” formando uma grande rede de relações de solidariedade continuaram perseguidas e detidas para o bem da civilidade manauara.¹⁹

O termo *Mundana* varia de perspectiva de acordo com a mulher qualificada, ou seja, era empregado às mulheres solteiras que tinham amantes, mas também às prostitutas, colocando-as sob a mesma concepção de promiscuidade. Ao todo a expressão é publicada 31 vezes, maior parte em 1969. O dicionário definiu *Mundana* como “mulher de maus costumes; prostituta” (AULETE, 1968, p. 2.708), cuja concepção ampla dependia do lugar social que utilizava para qualificá-las.

Nesta perspectiva, numa manhã de domingo do dia 20 de agosto, no bairro de Santa Luzia, Raimunda Balbina, uma mulher de 19 anos, tentou se suicidar ingerindo tóxicos. O jornal noticiou apenas na segunda-feira, taxando-a de *Mundana* por ter uma vida irregular, logo o motivo de tentar findar a vida.²⁰ Essa atitude do jornal, em depositar na figura de Balbina uma mulher de maus costumes e por isso seu desgosto com a vida, leva-nos a entender o discurso jornalístico como parcial e pedagógico na desqualificação da figura mulher. Além disso, não se sabe ao certo se Raimunda Balbina era prostituta, mas atribuem a ela o termo *Mundana* de forma indiscriminada.

Esta atitude da imprensa em conferir às mulheres colocadas – prostitutas ou não - a expressão *Mundana* recaiu sobre Maria Pinto, em 1969. A trajetória dessa mulher foi marcada pelo homicídio do músico Francisco de Assis Alves, em um terreno baldio no bairro Colônia Oliveira Machado. A polícia investigava o caso, tendo em vista a *Mundana* ora como assassina, ora como motivo do crime

¹⁸ “Meretrício causa briga na Arena”. *A Crítica*, nº 5.405, 20/08/1968, p.8.

¹⁹ Apesar do não reconhecimento da prostituição como trabalho formal, as engrenagens dessa categoria estão em acordo com a lógica trabalhista do capitalismo, contribuindo no crescimento econômico e urbano da sociedade. Ver Juçara Leite (2005, p.17).

²⁰ “Ônibus atropela no Boulevard Amazonas”. *A Crítica*, nº 5.718, 21/08/1967, p.8.

passional. Para isso, o depoimento de Maria Brito Pinto consistia em um caso amoroso com o músico que, ao sair da missa da igreja do Educandos, encontraram-se e foram para um bar na rua Amâncio de Miranda. Saindo do bar em direção a uma festa, Assis Neto convidou Maria Pinto para dar um passeio mais distante. O convite, a princípio, foi recusado pela mulher, alegando “(...) que deveria ser umas 23 horas, e é nesta hora que a polícia dá batida pelos recantos mais abandonados, prendendo todos que estiver sem documentos”. Após o convencimento pelo músico, eles se encaminharam para o terreno, quando foram atacados por um homem que, segundo a *Mundana*, “(...) não teve tempo de gravar a fisionomia da pessoa armada de uma faca”, apenas pensando em correr para se salvar.²¹ O depoimento de Maria foi declarado ardiloso pelo comissário Waldemar Fernandes, e o editorial aponta alguns aspectos para adjectivá-la: era uma mulher que tinha vários relacionamentos, ou melhor, amantes enciumados; frequentadora de bares e “mentirosa”. Na sociedade daquela época a mulher deveria ser recatada e de bons modos, o que não ocorreu com Maria Pinto, sendo taxada pela imprensa como *Mundana* por se relacionar com mais de um homem e, talvez, coautora de um homicídio. Porém, leva-se em consideração a consciência que tinha acerca do horário permitido pelo Departamento de Polícia, explicando ao companheiro a recusa do convite.

Entretanto o caso de Maria Pinto se encerrou oito dias depois. Após a veiculação da notícia sobre o assassinato, o Juiz Luiz Augusto Santa Cruz Machado expediu prisão preventiva ao Waldomiro Pinheiro, acusado de ser assassino do músico Assis Neto. Maria Pinto permaneceu presa, apesar de testemunhas afirmarem ter visto Waldomiro no Educandos, após o término de uma festa de aniversário. Segundo uma das testemunhas arroladas no inquérito, ao passar próximo ao terreno baldio, escutou um “(...) triálogo entre dois homens e uma mulher. Para poder ouvir melhor sem ser visto, ele se escondeu atrás de um mato alto e ficou observando”, quando a mulher – Maria Pinto – percebeu que um estava armado, buscou salvar-se. As evidências apontam para Waldomiro, e, nessa notícia, o termo *Mundana* não fora empregado a Maria Pinto, tendo em vista sua possível inocência no caso.²²

Entretanto, essas mulheres não eram sujeitos passivos dos abusos recorrentes, sendo que em janeiro de 1969, Marly Boaventura, indicada como

²¹ “Polícia diz que Maria Pinto é culpada”. *A Crítica*, nº 6.791, 31/07/1969, p.3.

²² “Juiz decreta prisão do matador do músico”. *A Crítica*, nº 6.799, 9/08/1969, p.4.

Mundana da Rua Frei José dos Inocentes, esfaqueou Milton de Lima. O que motivou o conflito fora a tentativa de ludibriá-la, de acordo com os depoimentos colhidos no local. Contudo, Milton saiu como vítima após agressão, sendo enfatizado no editorial aspectos como o domicílio na Avenida Eduardo Ribeiro e seu estado de saúde no Hospital Getúlio Vargas. Marly, por sua vez, tornou-se a criminosa e fugitiva.²³ Acerca da escolha de testemunhas feita pelos jornais, Beatriz Marocco nos diz que:

Os discursos jornalísticos indicam que o jornalista não ouvia quem tomava como objeto (...). Apenas realizava um trabalho superficial de coleta de informações alheias; ouvia as histórias que circulavam, que geralmente eram sobre os conflitos entre estes indivíduos e a vizinhança (...). O que interessava era incluir nos jornais quem não se comportasse como devia, mas, sobretudo, visibilizar alguns espaços emblemáticos em que estes indivíduos poderiam ser encontrados e amplificar a ameaça que representava a toda cidade. (MAROCCO, 2004, p. 35-36)

Ante as classificações dadas às prostitutas nas falas do *A Crítica*, pontua-se a expressão *Mariposa* como exótica no que tange a relação com inseto noturno. Segundo o Aurélio, *Mariposa* é a “*Mulher de má nota, que vagueia à noite para atrair transeuntes*” (AULETE, 1968, p. 2.522). Entretanto os jornais, por sua vez, viam as *Mariposas* como agressivas e “caçadoras de homens”. Isso pode ser constatado quando as autoridades policiais declaram guerra à prostituição, em abril de 1968, onde houve o fechamento de bordéis e de bares indicados como antros de lenocínio, e as praças são os principais locais frequentados pelas *Mariposas*, “(...) atacando os homens que passam pelas proximidades”.²⁴

A característica animalesca produzida pelos jornalistas tornou-se predominante com mudanças no *layout* do *A Crítica*, em 1969, ao proporem uma coluna específica tratando das situações do cotidiano da classe popular, principalmente os conflitos com a segurança pública.

Com a guinada estrutural do jornal, as prostitutas tornaram-se figuras principais em problemas de agressão e a qualificação *Mariposa*, apropriada pela imprensa, permitiu vinculá-las aos aspectos naturais do inseto. Sendo assim, Lucimar Marques da Silva, definida como *Mariposa*, encontrava-se alcoolizada, desafiando todos em voz alta, dizendo que “mamãezinha tá de cima hoje, mora... e quero vê o brabo que vai me acertar... não é que não dê, é que não vai dá”. E com gargalo de garrafa atingiu o marujo Miguel dos Santos Furtado, que se encontrava

²³ “Vítima de facada passa mal no Pronto Socorro”. *A Crítica*, nº 5.627, 13/01/1969, p.8.

²⁴ “Polícia declara guerra à prostituição em Manaus”. *A Crítica*, nº 5.284, 4/04/1968, p. 8.

no mesmo bar. O problema indicado pela imprensa deu-se pelo olhar de Miguel sobre o corpo de Lucimar, no qual a relação de poder estava inserida num ambiente costumeiramente frequentado por homens e a resistência da mulher diante do assédio.

Apesar de implícito, para nós é claro os abusos perpetrados pelos homens sobre as mulheres, seja prostituta ou não, desde violência simbólica – desqualificação a partir de discursos – às vias de violência física. Mas ao passo que a *Mariposa* questionou o olhar masculino sobre seu corpo, de imediato não aceitando e partindo para violência, configurou-se como criminosa pela imprensa, enquanto a “vítima”, Miguel Santos, fora hospitalizada.

Editoriais de criminalidade expõem as mulheres acusadas/praticantes da prostituição a partir de estereótipos e de representações que, muitas vezes, são postas por homens defensores da moralidade. As *Mariposas* indicadas pela imprensa estavam em conflitos causados, ora pela “vida irregular”, ora pela “bebedeira”. Acerca disso, na noite de 11 de novembro de 1969, algumas mulheres foram presas por policiais no centro, quando davam *trottoir* na Praça da Matriz. Segundo a nota, as *Mariposas* estavam sendo detidas por falta de decoro moral, inseridas no “besourinho-alvinegro” - instrumento móvel de patrulha policial - e levadas para a Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS. Além disso, o jornal expôs os nomes das prostitutas, estando a “Fátima de Oliveira, Conceição Albuquerque, Marilene Miguel Silva e Martha de Souza, esta última com uma minissaia tão ‘pra frente’ que via o outro lado do Rio Negro”.²⁵

Aparentemente a alegação do jornalista de “falta de decoro moral” esteve vinculada às vestimentas das mulheres, sobretudo de Martha de Souza, provável motivo que levou o comissário Geraldo Dias a recolher as prostitutas. Equivalentemente percebe-se o espaço em que foram apanhadas, lugar onde abriga a igreja Nossa Senhora da Conceição, local frequentado majoritariamente pelas famílias “honestas” e burguesas.

O caráter cômico intrínseco a nova estrutura do jornal, abrigando na quarta página os “Casos de Polícia”, recorreu ao sensacionalismo na efetiva ridicularização da figura feminina, sobretudo às transgressoras da normatividade sociocultural. Esse instrumento – sensacionalismo – criado no começo do século XX objetivava dar às

²⁵ “Evas’ no xilindró”. *A Crítica*, nº 6.936, 12/11/1969, p.4.

ações comuns do cotidiano características tendenciosas, ou seja, apontava a transgressão e, paralelamente, suscitava medidas de punição (OCANHA, 2014, p.84). Desse modo, atitudes situadas como “indecorosas” chamavam atenção do leitor ao mesmo tempo interferindo na opinião pública, principalmente o envolvimento das *Mariposas* nas notícias cotidianas.

Sendo assim, na noite de segunda-feira, dia 16 de dezembro de 1969, um grupo de pessoas foram “arpoados” pela polícia por estarem se divertindo ‘nus’ num bosque do Parque Dez. Segundo o editorial, a *Mariposa* Mariana de Souza Santos se envolvia com o peixeiro Raimundo Bezerra e que, pela descrição, estavam mantendo relações afetivas. Entretanto, o jornal os expôs de forma cômica a partir de termos como “arrochava”, inclusive a suposta fala de Mariana: “aí... meu bem, já não posso mais... já chega...”. Mais além, o estudante Flávio Melo de Jesus “tirava uma casquinha” de Joviane de Souza Santos, incluindo também ao grupo do bosque a travesti “Raimundinha” pela encenação de um “Strip-tease”. Ao final do discurso todos foram apreendidos, “As mariposas, o peixeiro, o estudante, enfim, tudo em cana”.²⁶

Diante dessa nota pode-se constatar o uso do sensacionalismo para centrar atenção dos leitores sobre as consequências aos transgressores das regras estipuladas pelas autoridades policiais: Lei da Vadiagem, Atentado ao pudor e ao decoro moral. Às personagens Mariana e Joviane, inferimos que poderiam ser irmãs a partir do sobrenome de Souza Santos no momento em que se relacionavam com Raimundo Bezerra e Flávio Melo. As concepções jornalísticas pontuam as atividades dos sujeitos que levam a crer uma forma de hierarquização, utilizando para as mulheres, até mesmo Raimundinha, a sinônima *Mariposa*, não havendo distinção de gênero, enquanto aos homens os tratavam pelo seu exercício de trabalho – peixeiro e estudante.

As relações de conflito entre *Mariposas* e homens de “farda” e civis, fizeram parte do jornalismo manauara, definindo-as por comportamentos fora do padrão almejado pelo patriarcado fortemente presente no cotidiano daquela época. Arroladas em inquéritos policiais, defendiam-se das perseguições dos que tentavam enganá-las, assediá-las, ultrapassando os “limites” impostos às mulheres, fazendo

²⁶ “Pombinhos arpoados”. *A Crítica*, nº 6.962, 16/12/1969, p.4.

da sua liberdade o seu modo de sobrevivência e embate aos obstáculos cunhados pela ordem vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mundanas, Meretrizes, Mariposas... Estes são um conjunto de expressões e de termos para designar as mulheres que transpassaram os limites do “regular” ao gênero feminino diante da pretensiosa sociedade “limpa”, idealizada pela imprensa.

As Prostitutas visibilizadas pelos jornais dos últimos anos de 1960 tinham nomes e sobrenomes, como Marly Boaventura, Cleonice de Souza Fonseca, Maria Graciete Cecília Miranda, assim como as “irmãs” Mariana e Joviane de Souza Santos, bem como tantas outras que estavam sob os olhares disciplinadores e preconceituosos. Essas mulheres faziam dos bares, praças e ruas seus lugares de atuação e embate, pois não somente a imprensa e a polícia eram seus inimigos, como os próprios homens à procura dos seus serviços, tentando enganá-las, intimidá-las e, no pior dos casos, assassiná-las. Os editoriais também enfatizaram o mundo do trabalho sexual como espaço de “problemas sociais”, em que o contingente de *Mundanas* e *Mariposas* que desfilavam nas ruas da cidade com seus péssimos hábitos, instigaram ao Departamento de Segurança, como os enunciados sugerem, uma “guerra à prostituição”.

O “ser” Meretriz constituiu/constitui parte da luta das mulheres por emancipação contra o patriarcado, que viola o corpo, os direitos básicos, a regulamentação do trabalho sexual, garantindo a todas (os) exercerem seu ofício de forma livre e segura. Por fim, a partir de pesquisas como essa, que proporcionam ecoar a voz dessas mulheres aguerridas, defensoras dos seus espaços, da sobrevivência e do “prazer”, que tentamos ajudar, mesmo que minimamente, os embates cotidianos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. – Rio de Janeiro: Editora Delta S/A: 5ª edição, 1968.

CALONGA, Maurílio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? *Comunicação & Mercado*. UNIGRAN – Dourados – MS, vol. 01, nº 02 – edição especial, p.79-87, novembro 2012.

FÁVERI, Marlene de. SILVA, Janine Gomes da. PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira: 11ª Edição, 1968.

FONSECA, Vânia; CORREA, Cleusa M. A evolução da população de Manaus- 1950 a 1970. I - Evolução da população e dos padrões de mortalidade. *Acta Amazônica*. Manaus, v. 2, n. 3, p. 59-73, dez. 1972.

KRENISKI, Gislania Carla. AGUIAR, Maria do Carmo. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1889-1891). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: 50 anos*. São Paulo-SP, Universidade de São Paulo, julho 2011, p.1-14. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#G>. Acessado em: 23/02/2018.

LEITE, Juçara Luzia. *República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. Yedis Editora: São Caetano do Sul-SP, 2005.

LIMA, Michele Pires & SAMPAIO, Patrícia Melo. *Entre Mundanas e Travestis: o mundo do trabalho sexual em Manaus a partir dos jornais (1967-1970)*. Relatório de Pesquisa (PIBIC/CNPq). Universidade Federal do Amazonas, 2017 (circulação restrita).

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. Rio Grande do Sul: Século XIX. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. A notícia como forma de controle social. *Revista Contracampo* – UFF, nº 14, vol. 1, p. 7-18, 2006.

OCANHA, Rafael Freitas. “*Amor, Feijão, abaixo camburão*” - imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo– PUC-SP. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, José Aldemir e COSTA, Daniela. A análise da moradia em Manaus (AM), como estratégia para compreender a cidade. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, nº. 245 (30), p. 1-14, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>. Acessado em: 15/01/2018.

PEREIRA FILHO, Raimundo Alves. *Lupanares e Puteiros: Os últimos suspiros do Rendez-Vous na sociedade manauara (1959/1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas–UFAM, 2014.

SCHETTINI, Cristiana. *“Que tenhas teu corpo”*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaços, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM, 1967-2010)*. Manaus-AM: EDUA, 2016.

SOUZA, Leno José Barata. *“Cidade Flutuante” Uma Manaus sobre as águas. (1920-1967)*. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP. São Paulo, 2010.

TAVEIRA, Eula Dantas. A história do jornal de maior circulação do Amazonas. In: *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: A mídia impressa, o livro e o desafio das novas tecnologias*. Campo Grande: Universidade Federal Mato Grosso do Sul - UFMS, 2001, p. 1-18. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/arquivos/trabalhos.htm#t>. Acessado em: 6/10/2017.

FONTES

A Crítica, Jornal. De janeiro de 1967 a março de 1970 – Biblioteca Pública do Amazonas, sala de periódicos.

GIZZA, Nega. *Prostituta*. Interprete: Nega Gizza. Rio de Janeiro, Dum Dum Records. 1º CD (47min), 2002. (Fragmento).